

PROGRAMA DE CONCURSO

Aquisição de projeto de execução para a Requalificação da Rua do Arco em Viseu

Secção I

Cláusulas gerais

Artigo 1º

Identificação do Concurso

1.1 - Concurso Público c/ a referência, PAQ.323/2024 - EDOC/2024/70732 - ***Aquisição de projeto de execução para a Requalificação da Rua do Arco em Viseu***, em conformidade com o estipulado no Caderno de Encargos e Programa Preliminar.

1.2 - O concurso é aberto nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 20 do CCP, que regula o presente concurso.

ARTIGO 2º

Entidade Adjudicante

2.1-A entidade adjudicante é o Município de Viseu com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, com o numero de telefone 232 427 427, e email www.cm-viseu.pt e uocp@cmviseu.pt .

2.2-O processo de concurso decorre na Unidade Orgânica de Contratação e Logística, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt de acordo com as condições constantes do Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

ARTIGO 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Vice - Presidente, Eng.º João Paulo Gouveia, em 05/03/2025 no âmbito de competência própria.

ARTIGO 4º

Impedimentos

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no Artigo 55º do Decreto-Lei nº 18//2018, de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual (Código dos Contratos Públicos).

ARTIGO 5º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

5.1-As peças do procedimento, são integralmente disponibilizadas, gratuitamente, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt e através da qual serão realizadas todas as notificações e comunicações.

5.2-A participação no concurso, depende de prévia inscrição a ser efetuada no portal www.acingov.pt.

ARTIGO 6º

Preço base

A entidade adjudicante dispõe-se a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais prorrogações do mesmo, um valor máximo de **12.000€** (doze mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

ARTIGO 7º

Critério de adjudicação

1- A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade prevista na al. b) do nº1 do artigo 74º do CCP, isto é, avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2.- Caso de verifique empate das propostas, são usados como critérios de desempate:

- Em 1º lugar, o concorrente que apresentar preço mais baixo no artigo 1.1.2;

ARTIGO 8º

Faturação e condições de pagamento

O pagamento em conformidade com clausula 3ª do Caderno de encargos e será faseado conforme a seguinte distribuição:

Fase de Projeto	% do valor total de pagamento
Anteprojecto/Projecto de licenciamento	30% com a entrega do Anteprojecto
Projecto de Execução	30% com a entrega do Projecto de Execução
	30% com a aprovação do Projecto de Execução
Assistência Técnica	5% Assistência técnica à obra
	5% Com a entrega das telas finais

Sempre que do contrato não conste data ou prazo de pagamento a obrigação pecuniária vence-se nos termos do artigo 299º do CCP.

Cada uma das etapas enunciadas para a execução do projeto, carece de aprovação do Município de Viseu, só se iniciando a etapa seguinte, após esta aprovação.

SECÇÃO II

Propostas

ARTIGO 9º

Prazo de apresentação de propostas

Nos termos estatuídos no artigo 135º, o prazo para apresentação de propostas é de **15 dias**, a contar da data do envio, para publicação, do anuncio do procedimento, no Diário da Republica, até às 23h59min.

ARTIGO 10º

Pedidos de esclarecimentos

1. - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através de plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt., dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no nº 1 do artigo 50º do CCP;
2. - A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao órgão competente para a decisão de contratar.

ARTIGO 11º

Regras de participação

1. - As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt .
2. - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
3. - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
4. - Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor expresso por extenso.
- 5.- A proposta deve mencionar expressamente que aos preços unitários acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável ou referência ao regime de isenção, se for o caso.
6. - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 7.- Em conformidade com o artigo 65º do DL nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual, o prazo de manutenção das propostas é de 66 dias.

ARTIGO 12º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 13º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 14º

Documentos da proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- 1-Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- 2-Documento com a proposta formulada nos termos do Anexo A;

3-Declaração de independência da Proposta, onde conste a ausência material de qualquer tipo de comunicação e/ou relação tida entre a empresa candidata e as suas concorrentes na apresentação da sua proposta.

4- Declaração Laços de Independência

5- Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas, e preço total, que não devem incluir o IVA;

Nota: Para todos os efeitos o júri só considerará a lista de preços unitários constante da plataforma eletrónica

6- O concorrente tem de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento, nos exatos termos em que foi posto a concurso.

7- Serão tidas como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das propostas apresentadas ou de outros documentos que as acompanhem.

ARTIGO 15º

Modo de apresentação e entrega das Propostas

1. - A proposta e os documentos que a constituem, são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt .

2. - A proposta e os documentos que a constituem, devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do artigo 62º do CCP.

SECÇÃO III

Caução

ARTIGO 16º

Prestação da caução

Não aplicável.

SECÇÃO IV

Declarações e documentos

ARTIGO 17º

Documentos de Habilitação

1-Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial;

2-Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.

3-Certidão da Conservatória do Registo Comercial, acompanhada dos documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, se necessário;

4-Declaração de inexistência de impedimentos, conforme o Modelo Q, para o cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho, cuja omissão determina a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 87º-A do CCP.

5-Documento com a indicação do **IBAN** da entidade.

6-Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual).

Tendo em atenção o disposto no nº1, b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

7-O Adjudicatário deverá apresentar à Entidade Adjudicante, antes da data da assinatura do Contrato, uma declaração emitida por seguradora autorizada a desenvolver atividade em Portugal que:

- Ateste a existência, conformidade com os números anteriores, de cada um dos seguros;
- Assuma compromisso de comunicar à Entidade Adjudicante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias qualquer alteração que possa afetar as coberturas e garantias das respetivas apólices, em conformidade com o ponto 1.4 do caderno de encargos.

8-Anexo B - Identificação e Qualificação da Equipa Técnica (anexo ao Programa Preliminar)

ARTIGO 18º

Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

- 1.- Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.
- 2.- Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;
- 3.- O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 2 dias;
- 4.- Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 19º

Contrato reservado

Não aplicável.

ARTIGO 21º

Legislação aplicável

1. - Em tudo o que for omissão no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo DL nº 18/2008 de 29 de janeiro, e republicado pelo DL nº 111-B/2017, de 31 de agosto na sua versão e redação atual.
2. - À contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso aplicam-se as regras constantes do artigo 470º e 471º do CCP.

MODELO DE PROPOSTA – Anexo A

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento a que se refere o Anúncio do Procedimento nº.....publicado no DR/JOUE nº, obriga-se a fornecer os bens/prestar os serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor global de..... € (por extenso e por algarismos).

A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor

Valor total da proposta

Prazo de execução

Prazo de manutenção da proposta (Em conformidade com o artigo 65º do DL 18/2008, de 29 de janeiro)

Data e assinatura

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indicacomo endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Modelo Q

Declaração de inexistência de impedimentos

(Declaração para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho)(1)

Nome: _____

número de documento de identificação: _____

morada: _____

na qualidade de concorrente/candidato no procedimento de contratação pública _____ De

claro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho;

(OU)

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho _____

_____, ____/____/____

(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

Declaração de Independência da Proposta

Para os devidos efeitos a empresa....., com o numero de identificação fiscal e sede em, declara, sob compromisso de honra, que, não existe qualquer tipo de comunicação e/ou relação tida entre si e as suas concorrentes, na apresentação da sua proposta.

Por ser verdade se assina a presente declaração

....., de de 2024

Assinatura

Doc. da Proposta
(ART. 14º nº1. al. d) do PC)

Declaração Laços de interdependência

Para os devidos efeitos, a empresa -----
com o numero de identificação fiscale sede em -----
----- declara, sob compromisso de honra (1) -----

Por ser verdade se assina a presente declaração

-----, ----- De ----- de 2024

Assinatura

Doc. da proposta

Identificar os laços de interdependência dos concorrentes com outras entidades, nomeadamente: a) participação maioritária no capital; b) elementos que impliquem um especial relacionamento entre si, como os que decorrem de partilharem representantes legais ou sócios.